

# “Quem planta, quando precisa tem”: terreiros socioprodutivos quilombolas na Amazônia Marajoara

“Those Who Plant, Have When They Need”: Quilombola Socioproductive Terreiros in the Marajoara Amazon

“Quien planta, cuando lo necesita, tiene”: Territorios Socioprodutivos Quilombolas en la Amazonía Marajoara

José Felipe Rodrigues da Costa  
Monique Medeiros  
Flávio Bezerra Barros

## Artigo de investigação

Editor: Edgar Bolívar-Urueta

Data de envio: 2023-06-11 Devolvido para revisões: 2024-05-14 Data de aceitação: 2024-06-24

Como citar este artigo: da Costa, J. F. R., Medeiros, M. e Bezerra Barros, F. (2024).

“Quem planta, quando precisa tem”: terreiros socioprodutivos quilombolas na Amazônia Marajoara. *Mundo Amazônico*, 15(2), 35-58. <https://doi.org/10.15446/ma.v15n2.109460>

## Resumo

Este estudo analisa a contribuição dos terreiros socioprodutivos quilombolas de Salvaterra, no Arquipélago do Marajó/PA, para a soberania alimentar das comunidades nos quais se encontram, enfocando o papel das mulheres quilombolas nos cuidados com estes terreiros. Para contextualizar a realidade pesquisada, foram utilizadas pesquisa bibliográfica, observação participante e entrevistas semiestruturadas. O uso do diário de campo e registro fotográfico complementaram esses instrumentos. A pesquisa de campo foi realizada entre abril de 2021 e junho de 2022 e, por meio da técnica *Snowball*, foi possível envolver 18 mulheres quilombolas na construção de dados. As análises realizadas evidenciam a predominância do trabalho feminino nos manejos realizados e na escolha do que é cultivado nos terreiros. Nos 18 espaços visitados, foram identificadas 45 espécies frutíferas, 38 espécies medicinais, além da criação de galinhas, patos e porcos. Esses terreiros são

**José Felipe Rodrigues da Costa**: Bacharel em Desenvolvimento Rural, mestrando em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (PPGAA/UFPA) pela Universidade Federal do Pará.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2120-7214> E-mail: [rodriguesfelipe078@gmail.com](mailto:rodriguesfelipe078@gmail.com)

**Monique Medeiros**: Professora Adjunta na Universidade Federal do Pará (UFPA), atuando no Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF). Atualmente é Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA/UFPA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8789-0621> E-mail: [mmedeiros@ufpa.br](mailto:mmedeiros@ufpa.br)

**Flávio Bezerra Barros**: Professor associado do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Atuo como docente-pesquisador nos Programas de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (INEAF-UFPA) e Antropologia (IFCH-UFPA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6155-0511> E-mail: [flaviobb@ufpa.br](mailto:flaviobb@ufpa.br)

espaços biodiversos que contribuem significativamente para a Soberania Alimentar das famílias quilombolas. Além disso, são territórios de socialização de conhecimentos ancestrais, cuidados com a saúde e lazer.

*Palavras-chave:* quintais agroflorestais, Amazônia marajoara, soberania alimentar, diversidade socioprodutiva, comunidades quilombolas

#### Abstract

This article aims to analyze the contribution of the quilombola socio-productive terreiros in Salvaterra, in the Marajó Archipelago, PA, to the Food Sovereignty of the communities in which they are located, with a focus on the role of quilombola women in managing and caring for these terreiros. To contextualize the research, bibliographical analysis, participant observation and semi-structured interviews were employed. The use of the field diary and photographic records complemented these instruments. Field research was conducted between April 2021 and June 2022, through the Snowball technique, 18 quilombola women were involved in the data collection process. The analysis shows the predominance of women's work in the management and the selection crops cultivated on the farms. In the 18 terreiros visited, 45 fruit species and 38 medicinal species were identified, in addition to the raising of chickens, ducks and pigs. These terreiros are biodiverse spaces that contribute significantly to the Food Sovereignty of quilombola families. Furthermore, they serve as spaces for the transmission of ancestral knowledge, health care and leisure.

*Keywords:* agroforestry backyards, Marajoara Amazon, food sovereignty, socio-productive diversity, quilombola communities.

#### Resumen

Este estudio analiza la contribución de los terreiros socioprodutivos quilombolas de Salvaterra, en el Archipiélago de Marajó/AP, a la soberanía alimentaria de las comunidades en las que se ubican, centrándose en el papel de las mujeres quilombolas en el cuidado de estos terreiros. Para contextualizar la realidad investigada se utilizó investigación bibliográfica, observación participante y entrevistas semiestructuradas. El uso del diario de campo y registros fotográficos complementó estos instrumentos. La investigación de campo se realizó entre abril de 2021 y junio de 2022 y, mediante la técnica Snowball, se logró involucrar a 18 mujeres quilombolas en la construcción de datos. Los análisis realizados muestran el predominio del trabajo femenino en la gestión realizada y en la elección de lo que se cultiva en las explotaciones. En los 18 espacios visitados se identificaron 45 especies frutales y 38 especies medicinales, además de la cría de gallinas, patos y cerdos. Estos terreiros son espacios biodiversos que contribuyen significativamente a la Soberanía Alimentaria de las familias quilombolas. Además, son territorios de socialización de saberes ancestrales, cuidados de la salud y ocio.

*Palabras claves:* traspatios agroforestales, marajoara amazona, soberanía alimentaria, diversidad socioprodutiva, comunidades quilombolas

## Introdução

---

O Arquipélago do Marajó, mais conhecido pelas comunidades locais como “Ilha do Marajó”, é o maior arquipélago flúvio-marítimo do planeta, localizado no extremo norte do Estado do Pará, na foz do Rio Amazonas. No histórico de ocupação do Marajó, destacamos a presença de povos indígenas, que posteriormente enfrentaram a colonização com a chegada de Portugueses. O território também conta com a presença marcante e importante de negros escravizados (Gonçalves et al., 2015).

Os movimentos de organização de quilombos mobilizados por negros e indígenas correspondiam a mais de 80% da população e tiveram o seu auge nos séculos XVIII e XIX, com forte influência no município de Salvaterra. Ao

todo são 18 as comunidades quilombolas existentes no município (Gomes, 2005). Esses grupos vivem, desde a sua primeira forma de organização, situações relacionadas à perda de seus territórios de pesca, de extrativismo e de produção agrícola, para além do abandono público sem acesso a direitos básicos (Zukin, 2000).

Historicamente, essas populações foram excluídas de processos hegemônicos de desenvolvimento no território, sofrendo consequências significativas, como dificuldade de acesso à educação, saúde, trabalho, renda e conseqüentemente à alimentação. Mais recentemente, essa situação foi avultada pela Pandemia da Covid-19 e, não diferindo de muitos outros contextos brasileiros, essas dificuldades de acesso no Marajó tornaram-se ainda mais preocupantes.<sup>1</sup>

Entretanto, ainda em meio a esses desafios com os quais se deparam as populações da Amazônia Marajoara, elas seguem na manutenção de suas formas de produção de alimentos. Dentre essas formas, Barbosa et al. (2014) mencionam a constituição de um sistema econômico baseado nos múltiplos usos dos recursos naturais, como o extrativismo vegetal, caça, pesca, criação de animais de pequeno porte e áreas de cultivo visando seu autoconsumo, além de trocas mercantis. Tais alternativas desencadeiam dinâmicas territoriais com significativa influência de práticas e conhecimentos ancestrais.

Na comunidade<sup>2</sup> quilombola Vila União/Campinas, uma das 18 comunidades presentes no município de Salvaterra, é comum encontrar quintais agrofloretais como uma dessas possibilidades. Os quintais são ali configurados como sistemas tradicionais de uso da terra, nos quais há envolvimento direto do trabalho feminino. Nesses sistemas, conhecidos nessa comunidade como terreiros, e identificados, doravante neste artigo, dessa maneira, há diferentes espécies de plantas cultivadas, e, por vezes, animais sendo criados. Além disso, caracterizam-se como espaços próximos às moradias e pelo potencial fornecimento de alimentos durante todo o ano. Em muitos casos, esses terreiros promovem o sustento alimentar e financeiro de várias famílias (Galluzzi et al., 2010).

Justamente com a atenção direcionada à importância desses terreiros para o contexto quilombola marajoara de Salvaterra, este artigo tem como objetivo analisar a contribuição desses espaços para a garantia da Soberania Alimentar da comunidade Vila União/Campinas, com especial atenção ao envolvimento das mulheres no desenvolvimento desses terreiros.

Para tanto, para além desta introdução, este artigo é composto por mais quatro itens. O primeiro aborda os caminhos metodológicos percorridos para a execução da pesquisa, bem como a escolha dos materiais e métodos utilizados e uma contextualização da realidade municipal. O segundo configura-se em um item teórico que aborda a perspectiva de alguns autores sobre os temas aqui abordados, em especial os conceitos de soberania alimentar e

terreiros socioprodutivos. O terceiro apresenta os resultados encontrados em campo e uma análise a partir dos referenciais teóricos. Neste item, é possível compreender a importância dos terreiros socioprodutivos na alimentação, renda e socialização dos atores envolvidos. E, por último, as considerações finais, que colocam em destaque os terreiros como expressiva fonte de alimentação e garantia de soberania alimentar para famílias quilombolas em situação de vulnerabilidade socioeconômica<sup>3</sup> de Salvaterra.

## As escolhas metodológicas

---

Inicialmente, foram realizadas pesquisas bibliográficas, fundamentalmente de fontes eletrônicas, periódicos e artigos acadêmicos, as quais foram encontradas, principalmente, na plataforma Google Acadêmico. Os principais descritores para as buscas foram somente em português, tais como: quilombolas do Marajó, quintais agroflorestais, Segurança Alimentar e produção quilombola.

Para chegar às interlocutoras envolvidas na pesquisa tivemos o apoio do Núcleo de Ação e Resistência Quilombola de Vila União/Campinas, que é um coletivo de atuação no território, o qual tem relações com a Universidade Federal do Pará. Essa relação com a universidade facilitou nossa inserção na comunidade.

Para atingir o objetivo deste estudo, realizamos a construção de dados em duas etapas distintas: abril de 2021 e junho de 2022. O trabalho de campo foi realizado ao longo de 9 dias, divididos em duas visitas. Na primeira visita, em abril de 2021, passamos 4 dias em campo. Na segunda visita, em junho de 2022, passamos 5 dias. Para a construção de dados de campo, foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado. A escolha dos atores sociais a serem entrevistados se deu com base em um critério chave: ser a principal pessoa do núcleo familiar envolvida com os cuidados do terreiro. A técnica *Snowball* (Biernacki e Waldorf, 1981) garantiu que uma diversidade de atores sociais fosse envolvida na pesquisa.

Com essa abordagem conseguimos envolver na pesquisa 18 mulheres. A faixa etária das entrevistadas está entre 36 e 86 anos. Essa abrangente faixa etária possibilitou uma complementaridade das visões tanto de mulheres mais novas, quanto das mais experientes.

Foram realizadas, concomitantemente às entrevistas, anotações de informações no diário de campo, além de registros fotográficos para a obtenção de imagens das práticas desenvolvidas nos terreiros. As observações participantes focaram na intensificação das relações e o envolvimento entre pesquisadores e os comunitários (Alencar, 2000). Nas entrevistas, foram obtidas informações sobre escolaridade, renda, posição do núcleo familiar,

principais manejos adotados nos terreiros, os principais manejadores, entre outras. Nas observações que complementam as entrevistas, foi analisada a composição dos terreiros, no que se refere às espécies vegetais e animais.

Os dados de campo foram sistematizados e organizados por categorias, como: informações sociais, econômicas e culturais. Os conhecimentos relativos à esfera produtiva foram sistematizados e organizados em: manejo, cultivo, quantidade de espécies nos terreiros, destino da produção e tamanho das áreas. Após esse processo, os dados foram analisados com o uso da plataforma eletrônica Microsoft Excel, permitindo também a elaboração de gráficos.

## A entrada no campo

O município de Salvaterra está localizado na Microrregião do Arari. Segundo dados oficiais do IBGE (2010), a população residente no município totaliza 20.183 habitantes. Salvaterra faz parte dos 16 municípios que compõem o Marajó (Figura 1), podendo ter em sua formação histórica, pelo menos, 18 comunidades quilombolas.



Figura 1. Localização do município de Salvaterra. Fonte: IBGE, 2010; apud Campos, 2019

A comunidade quilombola Vila União/Campinas, lócus deste trabalho, está distante 18 km do centro do município e localiza-se em um espaço eminentemente rural, ainda que às margens da PA 154, uma das principais rodovias para chegar deste lugar à Salvaterra. Dentre as atividades socioeconômicas encontradas ali destacam-se a pesca, o extrativismo do açaí e de outras frutas nativas, bem como o cultivo da mandioca e do abacaxi (Bargas, 2018).

Segundo a Associação de Mães e Agricultores Remanescentes de Quilombos de Vila União/Campinas (AMARQVUC), estima-se que haja atualmente 200 famílias na comunidade. De acordo com Campos (2019), o início da comunidade se deu com a chegada da família Amador, apontando que o povoamento foi formado pelos antigos “pretos velhos”, e que o primeiro povoado local foi cortado pela estrada. Com isso, as posses entraram no circuito de vendas, contribuindo para um crescimento populacional acelerado.

Acevedo (2009) descreve que a comunidade se revelou como um “povoado de estrada ou de beira”, em decorrência de sua construção histórica se dar às margens da PA 154. Com essa formação e transformação da paisagem, as dinâmicas de relação com o meio biofísico também sofreram mudanças. Atualmente, as residências encontram-se majoritariamente às margens da rodovia e dividem espaço com igrejas, pequenas vendas de alimentos, roupas, bares e outros. As propriedades são dispostas uma ao lado da outra e o tamanho das áreas onde são cultivados os terreiros socioprodutivos são pequenos, não ultrapassando um hectare. Tais particularidades se colocam como uma justificativa de escolha da comunidade como lócus da pesquisa.

## Soberania alimentar quilombola

---

O atual cenário de crise alimentar mundial é fortemente influenciado por conflitos sobre terras e territórios, impulsionados, principalmente pelos acordos do poderoso setor agrícola. No Brasil, o agronegócio se destaca, principalmente, na produção da soja, milho, cana de açúcar e produção do gado. Essas produções mobilizam intensos conflitos e consequências que vão desde a grilagem de terras ao monopólio de produção agrícola (Canuto, 2012).

Nesse contexto, surge a soberania alimentar, um conceito que se tornou o pilar da luta das comunidades rurais, que defendem o direito de produzir de forma independente e consumir alimentos nutritivos. No caso específico das comunidades quilombolas, essas reivindicações são parte de uma extensa trajetória de resistência contra as práticas coloniais.

O Termo soberania alimentar foi primeiramente pautado pela via campesina, que a definiu como:

A soberania alimentar é o direito dos povos de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo, pautado em alimentos saudáveis e culturalmente adequados, produzidos de forma sustentável e ecológica, o que coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas, além de defender os interesses e incluir as futuras gerações. (Declaração final do Fórum Mundial de Soberania Alimentar, assinada pela Via Campesina, Havana, Cuba/2001, citada por Campos, 2007).

Quando se introduz os povos quilombolas na discussão, percebe-se que o debate se estende por várias dimensões. Os obstáculos para lidar com as questões que cercam a soberania alimentar em territórios quilombolas estão intrinsecamente ligados a uma longa batalha de resistência contra as estruturas de poder coloniais que agiram e agem de maneiras distintas sobre a vida e território das comunidades quilombolas. Seja com a repressão aos modos de saber fazer na cultura, na economia e em outros âmbitos da vida social, á qual foram negados a exercerem.

Compreendendo que o processo de colonização tem diversos atravessamentos na vida e na história dessas populações. Em um mundo capitalista, onde as análises estão centradas unicamente em aspectos econômicos, torna-se necessário entender que uma análise focada apenas nesse sentido não é suficiente. Essa perspectiva limitada não consegue responder à questão acerca dos desafios contemporâneos na luta pela soberania alimentar quilombola. Portanto, é crucial considerar a complexidade e a multidimensionalidade desses desafios para iniciar uma compreensão da relação dos quilombos com a soberania alimentar.

Santos (2022), em sua pesquisa sobre soberania alimentar e comunidades quilombolas, descreve alguns atravessamentos a serem considerados, dentre eles estão a territorialidade, que é construída a base de um histórico de ocupação, manejo e relações sociais consolidadas com o ambiente biofísico; luta por autonomia e acesso à terra como direito ao que se quer consumir, respeitando a cultura alimentar.

Na realidade do Marajó onde os monocultivos são muito presentes, como o de abacaxi, Nodari e Guerra (2015) descrevem que esse sistema ‘mono’ tende a reduzir e simplificar as produções e relações socioprodutivas, pois excluem a possibilidade de autonomia sobre o quê e quando produzir e, ainda, geram impactos à saúde e ao meio ambiente, como também à soberania alimentar. No caso específico do abacaxi, Salvaterra se destaca no cenário estadual na produção do fruto, sendo um dos principais produtores do estado (Adepará, 2017). Estudos como o de Porto Gonçalves (2004), sobre a crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais, revelam que o monocultivo e o paradigma produtivo envolvem um alto custo ecológico, cultural e político para o mundo todo e se opõem ao conhecimento patrimonial coletivo e comunitário, colocando em risco a soberania alimentar local.

Na Declaração do Fórum de Soberania Alimentar de Nyèléni, foi enfatizado que a soberania alimentar se refere ao ‘privilégio dos povos de terem acesso a alimentos que são culturalmente adequados, produzidos por meio de práticas ecologicamente corretas e sustentáveis, e a liberdade para estabelecerem seus próprios sistemas alimentares e agrícolas’ (Nyèléni, 2011).

Por fim, embora o foco principal desta pesquisa não seja os conflitos fundiários, a ausência de titulação no território em questão nos leva a abordar este tema, pois ele é intrínseco ao debate. À luz dessas reflexões, que serão detalhadas posteriormente, torna-se evidente que, no contexto quilombola de Salvaterra, os terreiros se materializam como uma ferramenta de resiliência para a comunidade, que está sob ameaça de fazendeiros que estão se estabelecendo na região. Assim, essas comunidades reafirmam o uso do território e a importância da terra para seu sustento, demonstrando sua resiliência diante desses desafios.<sup>4</sup>

## Terreiros socioprodutivos da comunidade Vila União/ Campinas

---

Os terreiros socioprodutivos em Vila União/Campinas são espaços próximos às residências, cuja característica singular é a presença de plantas ornamentais de vários tipos. O cuidado com que são cultivadas as espécies frutíferas é igualmente aplicado às espécies ornamentais, cuja troca e doação é comumente observada entre as mulheres. Essa troca e doação também ocorrem envolvendo espécies alimentícias e animais de pequeno porte, como galinhas e patos.

Foi observado que, quando existe a troca ou doação de determinado ‘fruto’ do terreiro, tal produto é acompanhado de um pequeno roteiro oral de manejo por parte de quem deu ou teve a iniciativa da troca. Essa prática reforça uma característica sociocultural importante da comunidade, que está relacionada ao respeito à ancestralidade.<sup>5</sup>

A forma com que as comunidades se relacionam com o território difere da lógica que tem como ponto principal o lucro (Cruz e Barbosa 2013). Segundo uma das mulheres quilombolas entrevistadas:

Meu terreiro é como meu esconderijo, quando estou longe dele, eu adoço[...] aqui a gente se distrai, me ajuda a ocupar o espaço da mente ‘pra’ não ficar triste e só pensando em doença, porque eu sou diabética, né?! Aí ficar aqui me faz esquecer, é como uma terapia. (Dona Marcilia dos Santos Corrêa; pesquisa de campo, 2022).

Acevedo (2009) descreve que os aspectos de construção da agricultura e alimentação nas comunidades quilombolas marajoaras estão relacionados diretamente à relação construída com a natureza, que decorre de práticas passadas de geração em geração, como o uso dos rios, das matas, dos mangues, das roças, entre outros. Tais relações ajudaram a construir as práticas, os saberes e a organização social a partir dos processos de sociabilidade e de múltiplas interações no território.

As ações de defesa e reprodução dos quilombolas de Salvaterra seguem uma lógica diferente dos modelos hegemônicos de produção material. Possuem organizações próprias de equilíbrio interno, com expectativas

recíprocas de comportamento, sistemas produtivos e relações materiais diferentes das lógicas capitalistas de lucro (De Souza Lages et al., 2019).

## A identidade de terreiros socioprodutivos quilombolas

---

No contexto de Vila União/Campinas os quintais agrofloretais são chamados de terreiros. Este termo foi introduzido pelas mulheres que participaram como interlocutoras na pesquisa, refletindo a linguagem e a cultura local.

E para Nicholls e Altieri (2014), os quintais socioprodutivos permitem a combinação de diversos tipos de espécies distribuídas no espaço. A diversificação dos alimentos nos arranjos produtivos é um dos traços primordiais dos quintais em comparação com outros espaços de produção na propriedade rural que, muitas vezes, apresentam uma menor variação de espécies.

Barbosa, et al., (2014) afirmam que a emergência desses sistemas socioprodutivos é elemento-chave para a construção de uma lógica reprodutiva socioeconômica, que seja sustentável a longo prazo. Esses sistemas são constituídos de uma agricultura menos agressiva ao ambiente, que promove a inclusão social e a soberania alimentar local. Possibilitam, ainda, melhores condições socioeconômicas às comunidades, pois primam pela produção diversificada de produtos *in natura* e agroindustrializados, fato este que possibilita uma diversificação da pauta produtiva e do fluxo de recebimento de rendas no transcorrer de todo ano. Ademais, a relação harmônica criada com o espaço de manejo, os quintais, proporciona qualidade de vida a muitas dessas pessoas (Dubois, et al., 1996).

Pacheco (2009) descreve que além dos objetivos produtivos, os terreiros quilombolas são espaços de expressão de identidade, nos quais se estabelecem relações socioculturais entre os quilombolas e entre esses e a natureza. A importância sociocultural desses espaços em Vila União/Campinas está intrinsecamente relacionada às redes de reciprocidade entre vizinhos, parentes e amigos nas quais se baseiam sua configuração e perenidade. Para Sabourin (2011), essas redes possibilitam materializar em suas produções a resistência e a superação de problemas que colocam a reprodução desse grupo sob ameaça.

## O arranjo de espécies nos terreiros

---

Nas entrevistas, as mulheres foram questionadas sobre quais espécies vegetais estavam presentes em seus quintais. Para a resposta, eram encorajadas a ordenar as espécies nos seguintes grupos: plantas frutíferas, espécies medicinais e hortaliças/verduras. No que diz respeito à quantidade de espécies identificadas, obtivemos os seguintes resultados: 45 do grupo “espécies frutíferas”, 38 da categoria “plantas medicinais”, e 17 do grupo “hortaliças e outros”.

As espécies frutíferas são cultivadas nos terreiros em uma diversidade consideravelmente maior quando relacionadas com os demais grupos. As espécies são distribuídas pelos espaços dos terreiros, de acordo com o conhecimento prático que as mulheres possuem sobre a necessidade de sol por cada espécie.

As espécies mais encontradas foram o coco (*Cocos nucifera*) e o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), sendo o primeiro encontrado em cerca de 84% dos terreiros visitados e o segundo em 100% dos terreiros. O coco é consumido majoritariamente *in natura* ou no preparo de pratos como o cuscuz e bolos; o cupuaçu é transformado, na maioria das vezes, em suco.

Por existir uma quantidade expressiva de árvores de cupuaçu no terreiro, a produção em alta quantidade de frutos torna impossível seu consumo total durante o período da safra. A estratégia utilizada por elas para evitar o desperdício é retirar a polpa do que está em excesso e congelar para ser consumido em outros períodos do ano, possibilitando também a venda ou doação.

No que diz respeito ao grupo das plantas medicinais, quando questionadas sobre o cultivo destas, as entrevistadas responderam que há poucas espécies em seus terreiros. Porém, quando as conversas se aprofundaram, no decorrer das entrevistas, é revelada uma gama de espécies medicinais presentes nos terreiros (Figura 2).



Figura 2. Espaço de cultivo de espécies medicinais presente no terreiro  
Fonte: Acervo de Campo, 2022. Vila União/Campinas, Salvaterra, Pará.

As espécies medicinais mais mencionadas pelas entrevistadas como relevantes nos terreiros foram o boldo (*Peumus boldus*) e o hortelã (*Coleus amboinicus*), sendo essas espécies encontradas em todos os 18 terreiros visitados.

Durante as entrevistas, as entrevistadas citaram que, historicamente, as plantas medicinais eram colhidas nos campos, terreiros e matas sem a necessidade de cultivo, porém, com o aumento da demanda por espaço e a

construção de muitas residências, essas espécies tornaram-se mais escassas nas proximidades das casas. Isso as levou a começar a cultivar as espécies que são utilizadas com mais frequência pela família em seus terreiros.

Uma das idosas envolvidas na pesquisa atuou por muitos anos como parteira e ainda é referência no tratamento de doenças. Essa entrevistada sabe exatamente onde encontrar em seu terreiro a planta medicinal necessária para tratamento de saúde. Domina também qual parte e como utilizar a planta, por exemplo, para a retirada de óleos, elaboração de xaropes e de chás.

Eu tenho de tudo um pouco aqui, plantas que dão flores, plantas que dão frutas, plantas pra remédios, tenho até plantas de água. (Dona Ana Maria Chaves Amador; pesquisa de campo, 2022).

Existem espécies frutíferas que também contemplam um efeito medicinal, como o caso da folha da goiabeira (*Psidium guajava*), que é associada ao tratamento de dor de estômago. A associação de espécies frutíferas a tratamentos medicinais também foi identificada na pesquisa de Amorozo e Gély (1988), na qual investigam o uso de plantas medicinais por comunidades rurais no baixo Amazonas (PA).

Na categoria das hortaliças, foi apontado pelas mulheres, sendo importante para o preparo das refeições, de saladas e também servindo como tempero para preparo de peixes e caças. Nos terreiros, essa categoria é cultivada em vasos e canteiros cercados, pois, alguns animais, principalmente as galinhas, tendem a destruí-los. As principais espécies dessa categoria mencionadas nas entrevistas foram o cheiro verde (*Petroselinum crispum*), cebolinha (*Allium schoenoprasum*) e alface (*Lactuca sativa*), que foram encontradas em 100% dos terreiros visitados.

Atualmente existe um incentivo e apoio para a criação de canteiros, que se dá por meio do Núcleo de Ação e Resistência Quilombola. O Núcleo reconhece a importância desses cultivos na alimentação e na geração de renda dessas mulheres, por meio da venda dos produtos dos canteiros. Com isso, em alguns terreiros visitados, foram encontrados canteiros produtivos e em outros a perspectiva de iniciar a produção, com o respaldo dessa organização local.

Concernente aos animais criados nos terreiros, foram identificados galinhas, patos e porcos. Todas as criações têm dois destinos, sendo o principal a alimentação da família e o secundário, a venda. O número de terreiros com a criação de algum desses animais chegou a 10 dentre os visitados. A predominância se dá na criação de galinhas, sendo esta encontrada nesses 10 terreiros. A criação de patos estava presente em 4 terreiros e a criação de porcos em 3.

Foram encontradas duas formas de criação das galinhas e patos. Uma delas refere-se à criação de animais soltos, com a possibilidade deles se

alimentarem ou ‘mariscarem’ (como se referem as entrevistadas) insetos e espécies vegetais. A outra forma é a criação intensiva, na qual os animais ficam presos em cercados, recebendo a principal fonte de alimentação vinda do que é comprado pelas mulheres dos núcleos familiares, como milho e ração específica. No caso da criação dos porcos, todos eram criados presos em cercados e a justificativa para essa forma de criação pelas entrevistadas foi a necessidade de evitar que os animais invadam outros terreiros e comam o cultivo dos vizinhos.

A combinação dessas pequenas criações de animais com cultivo de hortas, espécies frutíferas e medicinais demonstra ser, em síntese, uma iniciativa que demanda o domínio de técnicas e manejos. Tal domínio possibilita produções contínuas durante todo o ano, garantindo uma alimentação diversa (Franco, 2021).

Como resposta à questão direcionada às interlocutoras da pesquisa sobre a origem das espécies presentes em seus terreiros, encontrou-se que os arranjos atuais desses terreiros são resultantes de seus interesses, necessidades e relações históricas que seus antepassados estabeleceram com o meio biofísico. Em 40% dos casos, o espaço era originalmente dos pais da entrevistada e foi repassado a esta como herança.

Nesses casos, com a proposta de garantir maior potencialidade à herança, 13 mulheres entrevistadas mencionaram que inserem nesses espaços novas espécies frutíferas e medicinais que não existiam antes. Além destas, 17 mulheres apontaram que receberam por meio da doação de vizinhos e parentes novos cultivares que complementam as categorias frutíferas e medicinais de seus terreiros.

Com relação ao manejo realizado nos terreiros, as interlocutoras da pesquisa foram incentivadas a mencionar o que utilizavam para fortalecer a terra. Como resposta, foram indicados: terra preta (por 30% dos entrevistados); folhas provenientes das espécies do próprio terreiro (20%); esterco (35%) e ainda, 15% responderam que não utilizam nenhum complemento no solo para seu fortalecimento.

Os estercos de boi e cabra são, em sua grande maioria, comprados de fazendas próximas à comunidade. Já os outros insumos citados, como caroços de açaí, esterco de galinha e terra preta, são do próprio terreiro. Vale ressaltar também que nenhuma das mulheres utiliza em seus manejos insumos químicos como fertilizantes, herbicidas ou fungicidas. Com isso, garantem a produção de alimentos sem impacto à saúde humana, água e solo, evitando a perda da biodiversidade.

## A preponderância do trabalho feminino nos terreiros quilombolas

Quaresma (2014) descreve que, na região Amazônica, os quintais agroflorestais são importantes espaços produtivos dominados tipicamente por mulheres, ainda que não sejam considerados como lugares de trabalho agrícola, em especial pelos homens.

A idade das pessoas participantes da pesquisa encontra correspondência com a realidade do município, onde a maioria da população encontra-se na fase adulta da vida, entre 30 e 59 anos de idade. Na pesquisa, foram 13 as entrevistadas dessa faixa etária; 5 as jovens, na faixa dos 15 aos 29 anos de idade; e 2 as idosas, com idade a partir de 60 anos.

Buscou-se relacionar o número de espécies alimentícias encontradas nos terreiros com as faixas etárias das pessoas que mais se dedicam ao cuidado desses espaços. Consideramos como alimentícias as espécies identificadas nas categorias “frutíferas” e “hortaliças e outros” (Figura 3).

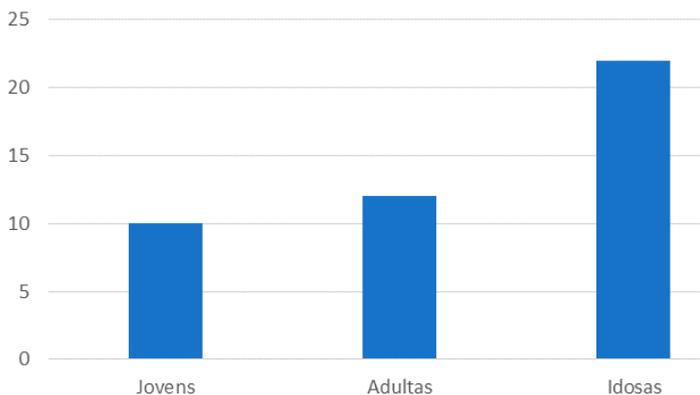


Figura 3. Relação entre faixa etária e quantidade de espécies alimentícias presente no terreiro

Como é possível verificar no gráfico, quanto maior a idade da entrevistada, maior é a diversidade de espécies presentes no terreiro. Ainda que as mulheres idosas entrevistadas tenham sido apenas duas, destaca-se o número significativo de espécies encontradas em seus terreiros. É possível entender que, junto ao número expressivo de espécies, encontra-se também um acúmulo considerável de saberes e práticas em torno do uso das plantas.

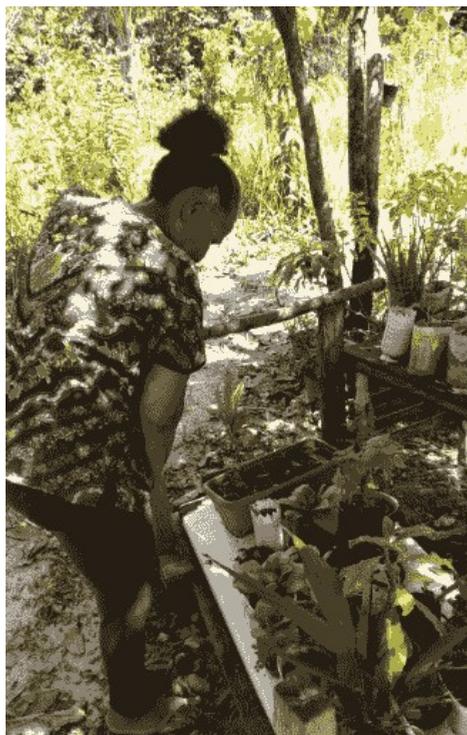
Além disso, percebeu-se em campo que os terreiros das mulheres mais velhas são utilizados também por seus filhos e netos, que vão constituindo família e construindo suas casas no terreiro, próximo às suas mães. Nos terreiros visitados

durante a pesquisa, constatou-se que a quantidade de espécies existentes nesses espaços está relacionada ao número de famílias que ocupam o terreiro. Em uma das visitas feitas a um terreiro, a filha da entrevista relatou:

[...] eu não planto, mas quando preciso, busco aqui na mamãe [...]. (Larissa Moreira; pesquisa de campo, 2022).

Portanto, podemos entender que a correlação entre a idade e a média de espécies no terreiro é influenciada por diversos fatores. Entre eles, destaca-se a dependência que filhos, noras, genros e netos têm de algumas mulheres mais velhas. Além disso, outro aspecto relevante é o fato de que essas mulheres são responsáveis pelo preparo das refeições, servindo como ponto de encontro onde esses familiares se reúnem para se alimentar.

A prática de doação é recorrente, principalmente envolvendo espécies frutíferas e hortaliças. Quando se prepara alguma refeição, é comum ver os filhos e netos recorrerem aos terreiros dessas mulheres para “pegar” cheiro verde, cebolinha, couve, chuchu e um pouco da diversidade que o terreiro dessa mãe/avó contém (Figura 4).



*Figura 4.* Dona Ana manejando as espécies medicinais de seu terreiro  
*Fonte:* Acervo de Campo, 2022. Vila União/Campinas, Salvaterra, Pará.

No decorrer dos anos e das gerações, esses espaços vão sendo divididos, novas famílias vão se constituindo e se organizando em torno dos terreiros das matriarcas. Dificilmente se distingue os limites territoriais de cada família que emerge. Nessas delimitações tênues, o terreiro ganha expressividade como um bem familiar no qual as mães são as “autoridades”.

Dentre as 18 interlocutoras da pesquisa, encontrou-se uma variedade no que diz respeito à quantidade de moradores por casa. O número varia entre duas e dez pessoas por domicílio. Também foi possível analisar a relação entre a quantidade de pessoas por casa e o número de espécies alimentícias (frutíferas e hortaliças) existentes nos terreiros. Famílias que possuem entre dois e quatro moradores, contam com a média de 15 espécies alimentícias nos terreiros. Já nas famílias maiores, que têm entre cinco e dez moradores, essa média chega a 18.



*Figura 5. Espaço de cultivo de hortaliças e frutíferas presente no terreiro*  
*Fonte: Acervo de Campo, 2022. vila União/Campinas, Salvaterra, Pará.*

As famílias com mais integrantes apresentam terreiros mais diversos em espécies alimentícias. Esse resultado demonstra que, de fato, existe a preocupação das mulheres, que são as principais responsáveis pelos terreiros, em conseguir suprir a demanda alimentar de suas casas. De acordo com Heredia (1979), as mulheres são quase que exclusivamente as cuidadoras diretas do que a família vai consumir.

Quanto ao nível de escolaridade das entrevistadas, foi identificada uma diversidade, havendo pessoas não escolarizadas e com o nível superior completo (Figura 6).



Figura 6. Nível escolar das entrevistadas

A parcela de entrevistadas com o nível superior chega a ser maior que aquela relativa aos que têm o fundamental incompleto.

Ao analisar como se relaciona a escolaridade com a diversidade de espécies dos terreiros, foi possível perceber que, quanto menor o nível escolar, maior é a diversidade de espécies alimentícias presentes nos terreiros. Na tabela 1 é possível verificar a relação entre o número de espécies alimentícias encontradas nos terreiros e a escolaridade.

Tabela 1. Relação entre escolaridade das entrevistadas e número de espécies alimentícias encontradas nos terreiros

Escolaridade	Número de espécies alimentícias no terreiro
Médio Completo	14
Superior completo	14
Fundamental incompleto e não estudou	22,5

A ocupação das mulheres com ensino superior e médio completo comumente é na escola ou no posto de saúde da comunidade, exercendo alguma função que requer formação. As mulheres com menos escolaridade dedicam-se, mais do que as outras com maior escolaridade, às atividades em seus terreiros e em suas casas.

A renda base das famílias participantes da pesquisa fica entre um e dois salários-mínimos e as fontes desse recurso variam. Entre as entrevistadas, há aquelas que possuem renda fixa. São funcionárias públicas, têm empregos em empresas privadas e recebem pensão ou aposentadoria. Há também as que possuem renda instável, que são as que trabalham na agricultura, autônomas ou desempregadas.

Entre essas, o grupo que mais uma vez apresentou uma maior quantidade de espécies alimentícias foi o das mulheres que têm renda instável. Essas mulheres têm em seus terreiros, em média, 22 espécies alimentícias. Já as que têm renda fixa, contam com aproximadamente 15 espécies.

Essa relação de menor escolaridade com maior média de espécies por terreiro se explica pela possibilidade de ter alimento sem necessariamente ter uma renda monetária fixa. Para as mulheres que têm pouca escolaridade e muitas espécies, os terreiros são essa possibilidade de driblar os desafios impostos por não ter uma renda fixa e pela pouca escolarização. Isso dificulta o acesso a empregos com melhores salários, que exigem um grau de instrução mais elevado.

## Terreiro, sinônimo de comida, renda e socialização

---

Nas entrevistas, as interlocutoras também foram incentivadas a descrever o principal destino da produção, animal e vegetal, de seus terreiros. Dentre as 18 entrevistadas, 55% indicaram que a destinação prioritária dada à produção é o consumo e 45% à alimentação e comercialização. Esses dados corroboram a importância dos terreiros para a alimentação saudável das famílias quilombolas.

As conversas que se estabeleceram no decorrer das entrevistas deixaram claro que os terreiros produtivos da comunidade quilombola Vila União/Campinas são espaços de produção de alimentos, sociabilidade, reprodução social, cuidado com a saúde e espaços de vida, como relata uma entrevistada:

Minha mãe me ensinou que quem planta, quando precisa, tem. A gente precisa plantar pra comer, né?! Tudo que a gente planta aqui, dá [...]. (Deviana Chaves Amador; pesquisa de campo, 2022).

Os resultados expressam que o cuidado com o terreiro está distante da ideia de exploração do espaço ou o enriquecimento pessoal. Trata-se de um espaço de materialização de ancestralidades, afetividade e cuidado com a alimentação e saúde da família. Serafim (2018) ressalta que o espaço dos terreiros representa uma área de saberes tradicionais, preservação da cultura alimentar e da complexidade expressa no produtivo e reprodutivo. Ao mesmo tempo em que há o cultivo de alimentos, há a sociabilidade.

Além do trabalho desenvolvido na produção dos terreiros, as 18 mulheres entrevistadas estão em contato direto com as cozinhas das casas, lidando com o preparo das refeições. Com isso, há uma retroalimentação entre o que está no terreiro e o que está no prato das famílias quilombolas. Quando existe uma fruta, leguminosa ou hortaliça pronta para consumo, a prioridade é a mesa das casas. Como relatado por uma entrevistada:

[...] eu tenho de tudo um pouco aqui, plantas que dão flores, plantas que dão frutas e comidas, plantas ‘pra’ remédios [...]. (Sonia Maria Cantão Reis; pesquisa de campo, 2022).

Para 45% das entrevistadas, além da alimentação, o destino dos ‘frutos’ dos terreiros é também a comercialização. Os principais formatos de venda para essas entrevistadas são aquelas realizadas às margens da rodovia, como também a venda feita de porta em porta para os vizinhos e conhecidos. Anschau (2020) afirma que a renda proveniente dos terreiros tende a ser a parte mais invisibilizada do trabalho, uma vez que o dinheiro costuma se destinar a gastos recorrentes, como a aquisição de produtos como roupas e calçados, gás e até a própria subsídio financeira que esses terreiros necessitam para continuar produtivos. Com base nessas análises, é possível afirmar que os terreiros fazem parte dos modos de vida do território e que o valor do que se cultiva ultrapassa o campo monetário.

Um outro aspecto importante a se destacar diz respeito a troca, prática comum entre as mulheres. No decorrer do tempo estabeleceu-se uma rede de apoio e colaboração, onde são feitas trocas de mudas, frutos, plantas medicinais e conhecimentos. Esse fator afeta diretamente a economia local e a soberania alimentar das famílias.

Em comunidades quilombolas próximas à Vila União/Campinas, a configuração dos terreiros se estabelece não somente como alternativa de produção de alimentos, mas também como estratégia de autonomia do que se vai consumir e até a possibilidade de venda do excedente.

Riviera (2017), em seu trabalho sobre práticas alimentares da comunidade quilombola de Barro Alto, demonstrou que o saber ancestral aplicado aos sistemas produtivos e a relação construída com a natureza são geradores de soberania alimentar. Nascimento (2020) descreve a importância dos insumos dos quintais para se realizar a caça e pesca nas áreas de uso coletivo da comunidade quilombola de Mangueiras. Leão (2020) demonstrou a importância do manejo da agrobiodiversidade para a autonomia da população quilombola de Providência.

Os autores revelam que, ao produzir uma parte de sua própria alimentação por meio de alimentos advindos das roças, terreiros agroflorestais, pesca e caça, essas comunidades e suas relações ancestrais estabelecidas com o território demonstram domínio pleno sobre o uso sustentável dos recursos naturais e, acima de tudo, estabelecem uma relação harmoniosa com a preservação da biodiversidade.

A produção dos terreiros de Vila União/Campinas tem sido garantidora de alimentação, além de fortalecer vínculos sociais e inspirar e ser inspirada por experiências de outras comunidades vizinhas, como a de Bairro Alto, Mangueiras

e Providência. Evidencia-se que, engajadas nessas iniciativas, que também se constituem como buscas pela soberania alimentar, mulheres agricultoras, por muitos anos, têm sido as propagadoras da diversidade alimentar, farmacologia natural, cultura e economia, mesmo que na maioria das vezes os seus trabalhos de enfrentamento à fome sejam invisibilizados pela sociedade.

## Considerações finais

---

Em Vila União/Campinas os terreiros agroflorestais expressam uma contribuição na garantia de soberania alimentar. Por meio das entrevistas realizadas, pode-se analisar que, pelos terreiros socioprodutivos, as famílias conseguem obter alimentos livres de agrotóxicos. Além de ser um espaço com predominância feminina, sendo as mulheres as tomadoras de decisão sobre aspectos de manejo e destinação dos produtos.

Para as mulheres e suas famílias, os terreiros ultrapassam as relações produtivas. São fundamentais nos cuidados com a saúde, tratando enfermidades e reafirmando a relação das plantas com a cultura e o território, sendo espaços de troca de saberes, experimentação de práticas agrícolas e reafirmando estruturas sociais entre vizinhos e parentes.

A partir da identificação e análise dos perfis socioeconômicos daquelas mulheres que mais desenvolvem atividades socioprodutivas nos terreiros, conclui-se que os terreiros socioprodutivos são uma oportunidade de garantir uma alimentação saudável, principalmente para aquelas que estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, tendo que garantir a alimentação com pouco dinheiro, pouca escolarização e para muitas pessoas. As produções identificadas na pesquisa também são utilizadas como complementação das rendas, dando a possibilidade de autonomia e independência financeira às mulheres.

É possível perceber que o espaço do terreiro socioprodutivo e a mulher quilombola estão intimamente ligados à reprodução social das famílias e da própria comunidade, sendo encontradas como alternativas a desafios e adversidades sociais e políticas. Como exemplo, a ausência de políticas públicas que garantam o direito básico à alimentação.

As frutas e as plantas medicinais são as espécies vegetais mais presentes nos terreiros socioprodutivos investigados, assim como as galinhas são os animais preferencialmente criados. Ambos proporcionam utilização direta na renda e alimentação das famílias.

Apesar das participantes da pesquisa não serem completamente independentes de produtos externos, como o arroz, feijão, proteínas e outros produtos alimentícios, ainda assim apresentam uma autonomia e maior segurança em saber a procedência do que consomem, além de um domínio do manejo da biodiversidade local.

A presente pesquisa abre uma janela de oportunidades para futuras investigações científicas, tendo em vista que esse é o primeiro trabalho realizado sobre os terreiros na comunidade Vila União/Campinas. Além disso, se configura como investigação inicial sobre as relações socioeconômicas das mulheres que mais dependem dos produtos que têm origem nos terreiros.

## Notas

---

<sup>1</sup> Para mais informações sobre isso, sugerimos a leitura do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil elaborado pela Rede brasileira de pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede penssan, 2021). Nesse material, os pesquisadores demonstram que a fome tem cor e gênero e que a segurança alimentar está presente em 53,2% dos domicílios onde a chefe da família se autodeclara branca, enquanto nos lares com responsáveis de raça/cor preta ou parda essa porcentagem cai para 35%. Além disso, também explicam que nos lares onde a mulher é a pessoa de referência, a fome aumentou de 11,2% para 19,3%, enquanto nos lares chefiados por homens, a fome subiu de 7,0% para 11,9%. De acordo com os pesquisadores, a situação é ainda mais grave no norte do Brasil (Rede penssan, 2021).

<sup>2</sup> A palavra ‘comunidade’, conforme utilizada neste texto, tem uma ligação direta com os debates antropológicos sobre comunidades tradicionais. O foco da análise é voltado, sobretudo, para as comunidades quilombolas. Esses debates são influenciados pelas discussões propostas por Eliane Cantarino O’Dwyer e Alfredo Wagner Berno de Almeida em suas respectivas obras: O’Dwyer, E. C. (2001). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Editora FGV e De Almeida, A. W. B. (2011). *Quilombos e as novas etnias*. UEA Edições.

<sup>3</sup> De acordo com Sevalho (2017, p. 4) a vulnerabilidade sócio-econômica é: “referida à falta de proteção quanto a garantias de trabalho, saúde, educação e direitos sociais básicos.

<sup>4</sup> Para um aprofundamento sobre os conflitos fundiários presentes no território, recomendamos a seguinte referência: Gomes, D. L., Cruz, B. E. V. da, Calvi, M., & Reis, C. C. dos. (2018). Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara/Expansion of agribusiness and socio-environmental conflicts in the Brazilian Amazon. *Revista Nera*, (42), 135–161.

<sup>5</sup> Sobre o debate de ancestralidade, Moraes (2019, p. 2) nos direciona no sentido de recordação ao passado apontando para o futuro, nas palavras do autor: “a ancestralidade sempre aponta para um futuro, que nunca se presentifica, em termos de finalização, e traz sempre, de modos diferentes, heranças do passado que se repetirão no futuro. Nesse sentido, vive-se o presente espectralizado por uma herança do passado para se guiar para o futuro”.

## Referências

- ACEVEDO MARIN, R. E. (2009). Quilombolas na ilha de Marajó: território e organização política. Em A. Godoi, P. E., Menezes, A. M. e Acevedo Marin, R. E. (Org.), *Diversidade do campesinato: Expressões e categorias* (pp. 209-227). Unesp.
- ADEPARÁ. (24/05/2017). Abacaxi faz o Pará despontar como o maior produtor nacional do fruto. Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará. <https://www.adepara.pa.gov.br/artigos/abacaxi-faz-o-par%C3%A1-despontar-como-o-maior-produtor-nacional-do-fruto>
- ALENCAR, E. (2000). *Introdução à metodologia de pesquisa social*. Lavras: UFLA/FAEPE.
- AMOROZO, M., CHRISTINA DE MELLO, E GÉLY, A. (1988). Uso de plantas medicinais por caboclos do baixo Amazonas Barcarena, PA, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Nova Série, 1*, 47–131.
- ANSCHAU, A. (2020). *Flores da terra: mulheres, poder e resistência no movimento agroecológico* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará]. Repositório Institucional – Universidade Federal do Pará. <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/14348>
- BARBOSA, L. C. B. G., LAGES, A. M. G., E BRANDÃO, T. F. B. (2014). Estratégia de reprodução socioeconômica a partir do sistema sócio produtivo agroecológico. *Revista de Ciências Humanas*, 01-105.
- BARGAS, J. D. K. R. (2018). *Quilombolas do Pará e Mídias digitais: sociabilidade, conflito e mobilização online nas lutas por reconhecimento* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional – Universidade Federal de Minas Gerais. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B9DHN6>
- BIERNACKI, P., E WALDORF, D. (1981). Amostragem bola de neve: Problemas e técnicas de amostragem de referência em cadeia. *Métodos sociológicos e pesquisa*, 10(2), 141-163.
- CAMPOS, C. S. S., E CAMPOS, R. S. (2007). Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias Sociales*, 245(68), 28-46.
- CAMPOS, L. R. (2019). *Uma cartografia escolar do lugar e da identidade territorial quilombola em Salvaterra-PA* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Goiás]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFG – Universidade Federal de Goiás. <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9396>
- CANUTO, A. (2012). Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. *Revista Nera*, (5), 1-12. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i5.1466>

- CRUZ, W. C., E BARBOSA, M. J. S. (2013). Desenvolvimento territorial rural na Amazônia: análise do Marajó. VI Jornada internacional de políticas públicas.
- DE SOUZA LAGES, L. T., CARDOSO, L. F., E SCHMITZ, H. (2019). Redes de movimentos sociais em comunidade quilombola de Salvaterra, Marajó, Pará. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 27(2), 328-351. <https://doi.org/10.36920/esa-v27n2-5>
- DUBOIS, J. C. L., ANDERSON, A. B., E VIANA, V. M. (1996). Manual agroflorestal para a Amazônia. (1st ed., vol. I). REBRAF.
- FRANCO, V. F. (2021). *Organização e trabalho do grupo de mulheres quilombolas “As Perobas”, na produção de alimentos e na conservação da natureza, no quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca, na Barra do Turvo, São Paulo* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório Institucional – Universidade Federal de São Carlos. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14748>
- GALLUZZI, G., EYZAGUIRRE, P., E NEGRI, V. (2010). Home gardens: neglected hotspots of agro-biodiversity and cultural diversity. *Biodiversity and conservation*, 19(13), 3635-3654. <https://doi.org/10.1007/s10531-010-9919-5>
- GOMES, S. (2005). *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. UNESP.
- GONÇALVES, A. C. O., CORNETTA, A., ALVES, F., E BARBOSA, L. J. G. (2016). A função socioambiental do patrimônio da união na Amazônia. Em A. Alves, F. (Eds.), *A Função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia* (pp. 275-315). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- GONÇALVES, C. W. P. (2004). Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. *INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar*, 1(1), 1-55. <https://doi.org/10.2993/0278-0771-42.2.241>
- GONÇALVES, M. C., DA SILVA, F. R., CANTELLI, D., DOS SANTOS, M. R., AGUIAR, P. V., E SANTOS, E. (2022). Agricultura Tradicional e Soberania Alimentar: Conhecimento Quilombola no manejo de plantas alimentícias. *Journal of Ethnobiology*, 42(2), 105-109.
- HEREDIA, B. M. A. D. (1979). *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil* (1st ed., vol. I). Rio de Janeiro, RJ. Brasil: Paz e Terra.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2010). Indicadores Sociais Municipais – ISM 2010. *IBGE*, 33, 1-8.

- LEÃO, V. M. (2020). *Cultivando autonomia: análise da socioeconomia e agrobiodiversidade no quilombo de Providência, Salvaterra, Ilha do Marajó/PA* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará]. Repositório Institucional – Universidade Federal do Pará. <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/14835>
- MORAES, M. J. D. (2019). A filosofia ubuntu e o quilombo: a ancestralidade como questão filosófica. *Revista África e Africanidades*, 12(32), 1-11.
- NASCIMENTO, A. S. (2020). *Da natureza à mesa: a pesca artesanal na vida e alimentação dos quilombolas da Comunidade de Mangueiras (Ilha do Marajó – Pará)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará]. Repositório Institucional – Universidade Federal do Pará. <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/14851>
- NICHOLLS, C. I., E ALTIERI, M. A. (2018). Caminhos para a ampliação da agroecologia. *Agroecologia e Sistemas Alimentares Sustentáveis*, 42(10), 1170–1193.
- PACHECO, M. E. L. (2009). Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres. *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, 6(4), 4-8.
- PENSSAN, R. (2021). Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. VIGISAN II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.
- QUARESMA, A. P. (2014). “Galo não canta nesse terreiro”: mulheres e quintais agroflorestais no contexto da agricultura familiar amazônica [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará]. Repositório Institucional – Universidade Federal do Pará. <https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/13763>
- RIVERA, R. D. (2017). *Trajetórias das práticas alimentares na comunidade Quilombola de Bairro Alto, Ilha do Marajó, Salvaterra-Pará* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará]. Repositório Institucional – Universidade Federal do Pará. <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11059>
- SABOURIN, E. (2011). *Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade*. Porto Alegre, RS, Brasil: UFRGS Editora.
- SANTOS, F. I. (2020). *Soberania alimentar quilombola: uma abordagem histórica e desafios para romper colonialidades* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional – Universidade de Brasília. <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/38427>
- SANTOS, M. M. (2013). Condições socioeconômicas para o manejo de quintais agroflorestais em Bonito, Pará. *Revista Brasileira de Ciências Agrárias*, 8(3), 458-463. <https://doi.org/10.5039/agraria.v8i3a2391>

- SERAFIM, L. A. R. (2018). Quintais quilombolas e a soberania alimentar: espaços produtivos familiares no contexto da expansão urbana do Rio de Janeiro [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal Fluminense]. Repositório Institucional – Universidade Federal Fluminense. <https://app.uff.br/riuff/handle/1/9253>
- SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. (2006). Decreto de Lei nº 11.346, 15 de Setembro de 2006: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm)
- VINUTO, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>
- ZUKIN, S. (2000). Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 80-103.